

VERSÃO EXECUTIVA

PROPOSTAS FIRJAN PARA UM Brasil 4.0



ESFERA ESTADUAL | AGO. 2022

Propostas para
alavancar a indústria
fluminense e promover o
crescimento econômico
do estado do Rio.

F293p Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Propostas Firjan para um Brasil 4.0 : esfera estadual. / Firjan. –
Rio de Janeiro: Firjan, 2022.
9 p. : il., color

1. Desenvolvimento econômico. 2. Produtividade industrial.
3. Indústria fluminense. 4. Rio de Janeiro. I. Título

CDD 338.98153



AGO. 2022

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1, 12º andar
Centro, Rio de Janeiro
presidencia@firjan.com.br

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-Presidente Firjan

Luiz César Caetano

2º Vice-Presidente Firjan

Carlos Erane de Aguiar

1º Vice-Presidente CIRJ

Carlos Fernando Gross

2º Vice-Presidente CIRJ

Raul Eduardo David de Sanson

Grupo de Trabalho Empresarial - Propostas para um Brasil 4.0

Luiz César Caetano (Coordenador)

Antonio Carlos Vilela

Carlos Frederico Aguiar

Julio Talon

Leonardo Edde

Marcelo Kaiuca

Marcus Rumen

Marco Saltini

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa

João Paulo Alcantara Gomes

Diretor Executivo SESI SENAI

Alexandre dos Reis

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Gestão de Pessoas

Guilherme Cavalieri

ORGANIZAÇÃO

Gerente Geral de Competitividade

Luis Augusto Azevedo

DASCE – Div. Análise Sup. Compet. Empresarial

Júlia Nicolau Butter

Taíssa Farias Soffiatti

CONTEÚDO TÉCNICO

Equipe Técnica da Firjan e Grupo de Trabalho
Empresarial

PROJETO GRÁFICO

GERÊNCIA GERAL DE COMUNICAÇÃO

Gerente Geral

Ingrid Buckmann

Gerente de Comunicação e Marca

Fernanda Marino

Equipe Técnica

Amanda Zarife

Luciana Sancho

Patrícia Mendonça Lima

Vanessa Raposeiro

Mensagem do presidente

O contexto não poderia ser mais adequado e, ao mesmo tempo, desafiador.

Diante de tantas mudanças sociais e econômicas observadas em escala global, é primordial para o Brasil e para o Rio de Janeiro avançar em reformas e em ações que permitam estabelecer uma rota de crescimento sustentado, baseado na elevação da produtividade das economias nacional e fluminense.

Nesse sentido, a Agenda de Propostas da Firjan para um Brasil 4.0 é uma contribuição do empresariado fluminense ao planejamento de políticas públicas para os governos federal e estadual.

A Agenda contempla 62 propostas de abrangência nacional e 41 propostas de âmbito estadual, organizadas em quatro pilares: ambiente de negócios, infraestrutura, capital humano e eficiência de estado. Ao mesmo tempo em que contemplam uma multiplicidade de temas, as propostas sugerem claramente os caminhos a serem percorridos.

O Grupo de Trabalho de Política Industrial, composto por industriais de diversos setores e regiões do estado do Rio

de Janeiro e coordenado pelo primeiro vice-presidente da Firjan – Luiz César Caetano, liderou a construção da agenda.

Os Conselhos Empresariais Regionais e Temáticos desempenharam papel fundamental ao oferecer posicionamentos-chave a respeito de fatores críticos à elevação da competitividade empresarial e à promoção do crescimento econômico.

Por fim, a Diretoria Empresarial forneceu as considerações estratégicas que nos permitiram chegar a esse fantástico mapa.

Ao longo do processo, a equipe técnica da Firjan ofereceu o suporte aos debates e às reflexões empresariais. A todos, meu profundo agradecimento.

A Agenda de Propostas da Firjan para um Brasil 4.0 é um compromisso da Firjan com o fortalecimento da indústria e com a retomada do crescimento econômico no Rio de Janeiro e no Brasil.

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente do Sistema Firjan

Um momento único

O contexto não poderia ser mais desafiador. Após dois longos anos, as evidências sugerem estarmos próximos do fim da pandemia provocada pelo covid-19, que transformou definitivamente nosso modo de viver. Um novo paradigma foi estabelecido para a sociedade, governos e empresas.

Assim como um furacão irrefreável, a pandemia acelerou mudanças esperadas para muitos anos à frente. Por necessidade, as empresas intensificaram os investimentos na transformação digital, transportando para o mundo *on-line* o trabalho e o relacionamento com clientes e fornecedores. Resiliência e flexibilidade tornaram-se habilidades-chave para trabalhadores e empresas neste mundo em constante e rápida mudança.

A otimização do processo produtivo por meio da aplicação de soluções inovadoras e de novas tecnologias, desempenhadas por trabalhadores qualificados e eficientes, nunca foi tão primordial. A competitividade das empresas está diretamente atrelada ao que os economistas denominam produtividade total dos fatores, ou seja, ao nível de produtividade do trabalhador e de eficiência de utilização do capital para produção de bens e serviços.

Mundialmente, o bom desempenho das economias mais fortes está intrinsecamente relacionado à elevada competitividade empresarial. O aumento da produtividade, portanto, é condição *sine qua non* para o crescimento econômico. Com as economias estaduais, não é diferente.

Ao mesmo tempo que depende de uma gestão corporativa eficiente, a produtividade dos fatores das empresas requer que os governos ofereçam um ambiente de negócios favorável, que propicie: trabalhadores qualificados, carga tributária competitiva, segurança institucional e jurídica, fomento à inovação, sustentabilidade fiscal e socioambiental, infraestrutura adequada e simplificação da burocracia.

O estado do Rio de Janeiro possui enorme desafio em todas as dimensões acima citadas. Nesse sentido, é fundamental priorizar ações e planejar a sua execução de modo a aproveitar ao máximo os recursos disponíveis: financeiros, tecnológicos e humanos.

O planejamento público necessita contemplar uma política industrial que estabeleça as bases para que o setor produtivo seja competitivo. Indústria forte é sinônimo de economia sólida e próspera.





6

Não se trata de adotar medidas protecionistas que criem redutos de ineficiência, mas sim de implantar ações primordiais para a elevação da produtividade dos fatores e que permitirão às empresas fluminenses ter isonomia na competição nacional e internacional. Para fortalecer e criar novas vantagens comparativas, aumentando a capacidade de inovar e de crescer. O cenário atual reforça esse argumento. Durante os últimos 20 anos, observamos uma tendência mundial de longas cadeias globais de produção interligadas. A guerra entre Rússia e Ucrânia rompeu esse paradigma, evidenciando os riscos associados à excessiva dependência das cadeias globais no que tange a setores estratégicos. É necessário traçar uma política industrial de modo a fortalecer a competitividade industrial e reduzir o risco da dependência em relação às longas cadeias globais, em particular nas responsáveis por insumos-base da produção industrial do país. E o estado do Rio de Janeiro possui grande potencial para desenvolver setores estratégicos, tais como o petroquímico, o de refino e o de fertilizantes, associados ao mercado de

Petróleo e Gás, importante vocação fluminense. Cumpre também destacar o potencial associado à agroindústria no estado do Rio de Janeiro, cuja retração nos últimos 25 anos gerou uma perda de R\$ 1 bilhão¹.

Os recursos do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro, recém-aprovados, podem viabilizar importantes projetos de infraestrutura e ações para melhoria do ambiente de negócios, como aqueles previstos no Pacto RJ, que precisam ser encarados como iniciativas de Estado e não de governo.

Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro precisa equacionar a questão fiscal. O estado renovou recentemente o Regime de Recuperação Fiscal, junto ao Governo Federal, mas é necessário equacionar a relação entre as despesas e as receitas públicas e reduzir a dependência da arrecadação em relação aos *royalties* do petróleo. Visando contribuir com o planejamento público na esfera Estadual, a Firjan apresenta agenda com as propostas do empresariado fluminense para elevar a produtividade da economia do estado. A Indústria 4.0 precisa de um Rio de Janeiro 4.0.

¹ Fonte: Diagnóstico do Agronegócio Fluminense, Firjan (2022).

Fatores de produtividade

A produtividade é entendida como a eficiência com que os agentes econômicos (empresas, trabalhadores etc.) utilizam seus recursos para transformar seus insumos em bens e serviços. Isto é, a capacidade de gerar um maior nível de produto com a mesma quantidade de emprego e demais insumos, gerando incentivos para uma melhor alocação de recursos e um efeito de transbordamento para toda a economia.

Em uma economia, a produtividade pode ser um dos principais mecanismos de influência no aumento de seu Produto Interno Bruto (PIB). Isto porque, em termos

empresariais, quanto menos tempo os trabalhadores levam para realizar as mesmas tarefas, mais competitivas ficam as empresas. Adicionalmente, um ambiente mais favorável para os negócios também incentiva a abertura de novas empresas e consequente aumento no emprego e renda.

O Rio de Janeiro 4.0 necessita de um ambiente de negócios favorável, infraestrutura de qualidade, capital humano competitivo e um Estado eficiente. A tabela 1 relaciona os fatores de produtividade agregada da economia estadual.

Tabela 1: Fatores que afetam a produtividade agregada

Ambiente de negócios	Infraestrutura	Capital humano	Eficiência do Estado
Facilidade para abrir/operar uma empresa	Energia Elétrica	Educação básica	Reforma Administrativa
Acesso a Crédito	Mobilidade Urbana	Formação Profissional	Segurança Institucional e Jurídica
Sistema Tributário	Logística	Legislação Trabalhista	
Comércio Exterior	Telecomunicações		
Segurança Pública	Petróleo e Gás		
Inovação			
Sustentabilidade (Economia Circular, Reciclagem, Mercado de Carbono, ODS, Investimento Social)			

Fonte: Elaboração própria.

No que tange ao ambiente de negócios, a experiência internacional mostra que, nos últimos anos, diversos países aprovaram reformas para solucionar distorções tributárias.

Igualmente importante é a elevação do nível da infraestrutura brasileira a padrões internacionais de preço e

qualidade para remover obstáculos à produtividade e competitividade das empresas.

Ademais, países que conseguiram atingir taxas elevadas na sua produtividade, realizaram investimentos significativos para aumentar a qualidade de sua educação e a taxa de inovação.

Propostas Estaduais

Ambiente de negócios

1. Fomentar setores estratégicos de modo a fortalecer a competitividade industrial e reduzir o risco da dependência em relação às longas cadeias globais, em particular a agroindústria e os responsáveis por insumos-base da produção industrial do estado do Rio de Janeiro.

Abertura e Operação de Empresa

2. Concluir as regulamentações do novo Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental para garantir a infraestrutura, física e de pessoal, necessária à operação integral do Selca, considerando:

- Eliminar os passivos de processo de licenciamento, muitos deles ainda em meio físico, oriundos dos sistemas substituídos pelo Selca;
- Padronizar, no âmbito do Inea, os procedimentos, regras e deliberações para as ações de licenciamento e fiscalização ambiental;
- Descentralizar, para toda a estrutura do Inea, as boas práticas administrativas já implementadas na Superintendência do Piabanha, visando simplificar e agilizar os processos de Outorga de Recursos Hídricos;
- Capacitar todos os colaboradores do Inea nos novos instrumentos e procedimentos previstos no Selca;
- Revisar e tornar mais efetivos os canais de comunicação dos empresários com o Inea;
- Priorizar a regulamentação dos critérios de sustentabilidade e dos estudos ambientais;
- Ampliar a abrangência de aplicabilidade da LAC (Licença Ambiental Comunicada) dentre as atividades de baixo impacto;
- Melhorar a infraestrutura dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) para aumentar a eficiência e a transparência no acompanhamento da tramitação dos processos;
- Criar e dar publicidade aos indicadores de performance dos processos de emissão das licenças ambientais.

Acesso ao Crédito

3. Criação de um Fundo Garantidor da Indústria Fluminense.

- A criação de um Fundo Garantidor ou a atuação do recém-criado Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro, como tal, tende a garantir o volume de recursos necessários para destravar alguns setores da indústria, gerando emprego e renda;
- Utilização do Fundo como garantidor de riscos de crédito, tendo como finalidade complementar as garantias necessárias para contratações de operações de crédito junto às instituições financeiras, modelo este já adotado pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO) – administrado pelo Banco do Brasil – e pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – administrado pelo BNDES;
- Público-alvo: micro, pequenas e médias indústrias, localizadas no estado do Rio de Janeiro.

4. Utilização dos recursos do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro.

- Mobilização de recursos para investimentos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, mitigando os gargalos existentes, garantindo as condições necessárias para crescimento econômico e aumento da competitividade da indústria fluminense. Essa política já é adota pelos principais fundos soberanos no mundo, que fazem uso do investimento em infraestrutura para diversificação de seus portfólios de investimentos.

Sistema Tributário

5. Compromisso com a segurança jurídica – não redução de benefícios fiscais já concedidos aos contribuintes.

6. Implementação de barreira fiscal informatizada.

7. Extinção do FOT – Fundo Orçamentário Temporário.

8. Redução do FECF – Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

9. Automatizar o processo de restituição do crédito acumulado de ICMS.

10. Aumento da competitividade tributária pela cola de benefícios fiscais concedidos por outros estados da região Sudeste.

11. Retirar a Substituição Tributária dos produtos fluminenses.

Ambiente de negócios

Segurança Pública

12. Promover a integração com o Governo Federal e os municípios para o desenvolvimento de programas integrados de segurança pública, contemplando ações de cunho social e de ordenamento urbano.
13. Aperfeiçoar a legislação vigente, buscando a redução da impunidade de crimes que envolvam o roubo de cargas e o mercado de produtos falsificados e de origem ilícita.
14. Intensificar o controle das divisas estaduais, por meio de um programa de barreiras fiscais e a instalação de Centros Integrados de Comando e Controle, estrategicamente posicionados, com o objetivo de diminuir a entrada de armas, munições e drogas que alimentam o crime organizado.
15. Investir em avanços tecnológicos e no aparelhamento das Polícias Civil e Militar, bem como nas atividades de inteligência e investigação.

Inovação

16. Implementar a Lei de Inovação Estadual.
17. Criar Fórum Estratégico de Inovação para formulação de políticas públicas de inovação no estado do Rio de Janeiro, ligado diretamente ao Governador e com participação das universidades, entidades representativas e empresas.
18. Estimular Contratações Públicas de produtos de inovação por meio de ações de conscientização do setor público (sobretudo na esfera municipal) que visem a aplicação dos mecanismos estabelecidos pela Lei de Inovação (10.973/2004), pela Lei 12.349/2010 e pelo Decreto 9.238/2018, permitindo efetiva participação das pequenas e médias empresas nos processos.
19. Desenvolver uma plataforma de conexão e estímulo das redes compostas por empresas, institutos e universidades, a partir do mapeamento de suas pesquisas, impulsionando a oferta e consumo de produtos e serviços nos mercados locais, nacionais e internacionais, à semelhança do Programa Conecta Inovação, desenvolvido pela Firjan IEL.
20. Garantir um percentual maior dos recursos da FAPERJ para projetos de inovação em empresas, criando mecanismos eficazes de escuta do setor produtivo, a fim de tornar mais eficiente o direcionamento dos recursos.

Sustentabilidade

Mercado de Carbono:

21. Estruturar um Mercado de Carbono estadual voluntário e conectado a outras iniciativas, criando oportunidades de geração e comercialização de créditos de carbono no estado do Rio de Janeiro, considerando:

- Cadastro Estadual de Emissões e de Remoções no estado do Rio de Janeiro, possibilitando o acompanhamento dos resultados das medidas de redução e remoção de emissões de gases de efeito estufa, além de uma melhor gestão e transparência das informações;
- Mercado de Carbono Voluntário de créditos *offset* com foco nos recursos florestais do estado e dos potenciais de reflorestamento;
- Marco legal que fomente o desenvolvimento da silvicultura e das fontes renováveis de energia no estado do Rio de Janeiro.

Economia Circular e Reciclagem:

22. Fortalecer a rede de coleta, destinação e recuperação de resíduos sólidos em geral, incentivando as empresas atuantes no mercado de gestão de resíduos, por meio de:

- Atualizar e publicar o novo Diagnóstico e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, à luz do recém-publicado Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- Regulamentar os incentivos administrativos, econômicos, creditícios e tributários ao desenvolvimento do encadeamento produtivo da reciclagem no estado;
- Simplificar os processos administrativos para a rápida formalização dos atores da cadeia de reciclagem, inclusive as cooperativas de catadores;
- Simplificar e desburocratizar a operação dos sistemas de logística reversa, de forma compatível com as regras nacionais, e estimular a harmonização das tratativas pelos municípios.

Ambiente de negócios

Investimento Social Privado:

23. Regulamentar o direcionamento das doações financeiras empresariais aos projetos aprovados pelo próprio Conselho, em linha com as diretrizes já definidas de doação privada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Infraestrutura

Mobilidade Urbana e Logística

24. Promover a nova concessão do sistema hidroviário de passageiros (barcas):

- Conferir celeridade ao processo, já que o atual contrato vence em fevereiro de 2023;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro da nova concessão, garantindo a prestação contínua e com qualidade dos serviços.

25. Melhorar a infraestrutura metroviária e ferroviária, beneficiando assim a mobilidade urbana metropolitana:

- Expandir a Linha 2, ligando as estações Estácio e Carioca;
- Concluir a Estação Gávea da Linha 4;
- Realizar investimentos na malha ferroviária de passageiros, em especial no trecho entre Santa Cruz e o centro do Rio.

26. Reformular o sistema de bilhetagem eletrônica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

- Prosseguir com a concessão do sistema, atualmente em estruturação com apoio do BNDES, incluindo na modelagem as iniciativas municipais de sistemas de bilhetagem, em especial, na capital fluminense;
- Garantir a transparência do novo sistema;
- Possibilitar, ao poder público e à sociedade, acesso aos dados gerados, contribuindo para o planejamento da mobilidade urbana metropolitana.

27. Prosseguir com as concessões rodoviárias estaduais:

- Conceder a RJ-244, ligando a BR-101-Norte ao Porto do Açu, desapropriando a faixa do traçado da rodovia;
- Conceder as rodovias dos lotes/eixos Noroeste (RJ-122/158/160/186), Sul (RJ-127/145/155), Norte (RJ-104/106/162) e Metropolitano (Transbaixada, Via Light e Linha Vermelha), propiciando investimentos para melhorias.

Energia Elétrica

28. Realizar estudo referente à necessidade de ampliação de carga e melhoria na qualidade da energia em conjunto com as distribuidoras, visando elevar a confiabilidade e a estabilidade da rede, principalmente nas áreas dos distritos industriais.

29. Elaborar um plano de ação em conjunto com as empresas de energia, órgãos de segurança pública e sociedade civil para reduzir as perdas comerciais de energia no estado.

30. Elaborar um programa com cronograma definido para estruturação de *smart grids* nos municípios do Rio de Janeiro, envolvendo as empresas de energia e de telecomunicação.

31. Articular com o governo federal o desenvolvimento de dispositivos legais para regulamentar e estimular fontes renováveis como a eólica *offshore* e o hidrogênio verde. O Rio de Janeiro tem grande potencial para o desenvolvimento dessas fontes e a existência de marcos legais viabiliza a construção dos novos empreendimentos.

Infraestrutura

Petróleo e Gás Natural

32. Estruturar uma política industrial de estado para fomentar o aproveitamento das competências dos mercados de petróleo e gás e seus encadeamentos produtivos, incluindo os segmentos de refino, petroquímica e fertilizantes. A política deve contemplar principalmente a adoção de uma estrutura sólida de governança para desenho e implementação dessa política, bem como a definição de portal de interlocução único, onde as empresas que estão inseridas como compradoras ou fornecedoras do mercado de petróleo e gás possam tratar quaisquer assuntos, processos e/ou registros junto às esferas de governo de maneira coordenada, por exemplo.
33. Garantir o avanço dos temas de competência regulatória da Agenesra para pleno desenvolvimento do mercado livre de gás natural no estado do Rio de Janeiro, que inclui também o segmento de GNV, com regras claras para a atuação dos agentes e incentivo à atuação dos comercializadores. Da mesma forma, é fundamental resolver questões estruturantes como o processo de revisão tarifária quinquenal e a renovação do contrato de concessão da distribuição de gás canalizado no estado.
34. Integração do gás natural e do biometano para descarbonização do transporte pesado.
35. Promover um ambiente favorável para atração das novas rotas de escoamento da produção de gás natural do Pré-Sal no estado do RJ, como a Rota 4b e a Rota 6b, ao possibilitar a instalação de infraestrutura para trazer o gás produzido para a terra, e estimular sua rentabilização em consumo por projetos industriais. O estado do RJ poderia, por exemplo, fomentar projetos desse tipo por meio de PPI – Programa de Parcerias de Investimentos, com recursos de rendimento do Fundo Soberano.

Capital humano

Educação Básica e Qualificação Profissional

36. Expandir a educação em horário integral no Ensino Fundamental e Médio, de forma a favorecer a qualidade da educação, e as condições de inserção das mulheres de baixa renda no mercado de trabalho.
37. Realizar ao menos 25 mil matrículas de Ensino Médio em tempo integral com Itinerário de Formação Técnica em parceria com o Firjan SENAI durante o próximo quadriênio, em sintonia com as políticas de desenvolvimento da indústria e de inovação do estado do Rio de Janeiro.
38. Expandir o passe livre de transporte para deslocamento dos alunos da Rede Pública até as escolas do Firjan SENAI para a formação técnica, bem como para os alunos gratuitos do Firjan SENAI na mesma faixa etária.
39. Garantir a implantação da internet de alta velocidade e infraestrutura tecnológica adequada à utilização de recursos digitais nas escolas da rede pública estadual, considerando as questões propostas na Lei 13.006/2014.
40. Fortalecer as competências STEAM (Ciências, Tecnologia, Engenhosidade, Artes e Matemática) dos educadores da Educação Básica.

Eficiência do Estado

Segurança Institucional e Jurídica

41. Assumir o compromisso com segurança jurídica, evitando que se repitam situações semelhantes à encampação da operação e manutenção da Linha Amarela.

Lista de Siglas

Agenera – Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FECF – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

FGI – Fundo Garantidor para Investimentos

FGO – Fundo de Garantia de Operações

FOT – Fundo Orçamentário Temporário

GEE – Gases de Efeito Estufa

GNV – Gás Natural Veicular

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEL – Instituto Evaldo Lodi

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

LAC – Licença Ambiental Comunicada

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PPI – Programa de Parcerias de Investimentos

RJ – Rio de Janeiro

Selca – Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental

TI – Tecnologia da Informação



firjan.com.br/brasilquatropontozero

